



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

ATA de reunião realizada em dez de julho do ano de dois mil e vinte, às dez horas, por meio de sistema eletrônico, com a presença dos seguintes membros: **MEC**: Maria Fernanda Bittencourt, Secretária-Executiva Adjunta; Carolina Cristina Martins Cavalcante, Diretora de Programa da Secretaria-Executiva; Ariosto Antunes Culau, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica; Tomás Sant'Ana, Secretário-Adjunto de Educação Profissional e Tecnológica; Wagner Vilas Boas, Secretário de Educação Superior; **Andifes**: Gustavo Balduíno, Secretário-Executivo; Edward Brasil, Vice-Presidente; **FNDE**: Marcelo Lopes da Ponte, Presidente. **Undime**: Marcelo Ferreira da Costa, Vice-Presidente; **Inep**: Alexandre Brandão, Diretor de Estudos Educacionais; **Conif**: Jerônimo Rodrigues da Silva, Presidente; Luciana Massukado, Reitora do Instituto Federal de Brasília; entre outros ouvintes. Reuniram-se os participantes para tratar de assuntos relacionados ao Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação (COE). Maria Fernanda Bittencourt deu início à reunião, confirmando a presença de todos os integrantes do comitê. Maria Fernanda informou que o Parecer nº 11 foi finalizado, a partir de ajustes propostos pelas Secretarias, e que deve ter sua homologação efetivada nos dias subsequentes à reunião em curso. Em continuidade, Wagner Vilas Boas fez uma introdução a respeito do protocolo de biossegurança elaborado pela Sesu, que teve foco na rede federal, mas que, conforme afirmou Maria Fernanda, pode ser aplicado para a educação básica. Sérgio Santos, médico pneumologista que faz parte da equipe da Sesu e coordenou o trabalho, compartilhou a apresentação do protocolo com todos, detalhando o trabalho. Sérgio relatou que o protocolo, denominado “protocolo de biossegurança para o retorno das atividades”, é um instrumento de apoio para a tomada de decisões, a fim de garantir um ambiente seguro e confortável no retorno às aulas presenciais. Sérgio observou, ademais, que o trabalho considerou a diversidade de cenários que envolvem o momento, uma vez que a educação não se dá, necessariamente, em sala de aula, demandando ações distintas para cada caso. Na oportunidade, Sérgio destacou que, para a elaboração do documento, foram considerados os decretos, a capacitação das equipes e a realidade do ensino híbrido, recomendando a utilização de ferramentas de monitoramento. Outro aspecto destacado, foi a possibilidade de se adaptar o protocolo a eventuais mudanças de cenário. Gustavo Balduíno, ao ressaltar a relevância do trabalho, salientou que o documento representa uma orientação nacional, cumprindo a função direcionadora do MEC. Ariosto Culau reconheceu o trabalho da equipe e reforçou que o documento trata de diretrizes básicas, que devem ser detalhadas pelas instituições. Em continuidade, Maria Fernanda indagou acerca da abertura, a estados e municípios, da possibilidade da ação de conectividade para alunos em situação de vulnerabilidade. Wagner informou que, após o fechamento do modelo de ação, alguns ajustes podem ser efetuados no termo de referência, com esse objetivo, para, após, ser realizada uma chamada por meio do FNDE, ressaltando que

ainda será preciso efetivar um alinhamento junto ao órgão. Na oportunidade, Maria Fernanda destacou o empenho do MEC no sentido de encontrar soluções, também, para estados e municípios. Em continuidade, Tomas Sant'Ana compartilhou com o grupo a apresentação da ação da contratação emergencial de pacote de dados móveis para alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica de universidades públicas federais e institutos federais, que beneficiará, no total, cerca de novecentos e seis mil alunos. Tomas informou que, no momento, cinco universidades estão realizando a ação como piloto, com a supervisão do MEC, e que um painel para acompanhamento está sendo desenvolvido, destacando que se trata de um modelo inovador no mercado. Luciana Massukado indagou a respeito de algumas questões operacionais, para que os institutos federais possam antecipar suas providências. Tomas esclareceu que, a respeito dos dados que serão solicitados, as informações serão compartilhadas assim que estiverem definidas. Gustavo ressaltou, na oportunidade, em função de se tratar de uma política pública inovadora e de sua grande abrangência, que os chips sejam distribuídos com a garantia da disponibilização das aulas aos alunos. Gustavo também sugeriu, ademais, a elaboração de um documento de referência para a aquisição de EPIs, uma vez que será uma demanda nacional no momento de retomada, e Maria Fernanda ressaltou que o MEC já iniciou as discussões a respeito das alternativas. Em continuidade, Maria Fernanda expôs os números atualizados relacionados à Ebserh, uma vez que Giuseppe Gatto teve que se ausentar da reunião, destacando que dúvidas adicionais podem ser colocadas no grupo do COE do aplicativo WhatsApp, para que sejam esclarecidas por ele. Marcelo Ponte destacou que o FNDE está à disposição para as demandas citadas. Ariosto reiterou o pedido para o envio de sugestões, até a data da reunião em curso, para os ajustes da Portaria 376. Nada mais havendo a tratar, Maria Fernanda encerrou a reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos. Eu, Renata Costa Cabral, servidora lotada na Secretaria-Executiva do Ministério da Educação, lavrei a presente ata, que será assinada por mim. Brasília, 10 de julho de 2020.